



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Secretaria Geral Parlamentar
Secretaria de Documentação
Equipe de Documentação do Legislativo

ATO Nº 1327/2016

Regulamenta o Centro de Educação Infantil da Câmara Municipal de São Paulo e dá outras providências.

CONSIDERANDO a necessidade de adequação das atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas pela Unidade de Educação Infantil desta Edilidade aos parâmetros estabelecidos pela legislação atualmente em vigor, em especial às disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e às normas emanadas do Sistema Municipal de Ensino, através da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação,

CONSIDERANDO a necessidade de consolidar as definições previstas nos Atos 1105/2009, 1157/2011 e 1294/2015,

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Centro de Educação Infantil da Câmara Municipal de São Paulo, que tem por finalidade conferir atendimento pedagógico aos filhos, enteados ou crianças que estejam sob a guarda legal ou tutela de Vereadores e de servidores públicos desta Edilidade.

Parágrafo único. O atendimento previsto do caput do artigo 1º poderá ser estendido, em caso de vagas remanescentes e havendo autorização da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São Paulo, aos filhos, enteados ou crianças que estejam sob a guarda legal ou tutela de servidores públicos que prestem serviços junto à qualquer unidade administrativa municipal localizada na circunscrição da Subprefeitura da Sé.

Art. 2º O Centro de Educação Infantil da Câmara Municipal de São Paulo está diretamente subordinado à Equipe de Benefícios - SGA. 13, parte integrante da Secretaria de Recursos Humanos - SGA. 1, vinculada, por sua vez, à Secretaria Geral Administrativa - SGA.

Art. 3º O Centro de Educação Infantil conferirá atendimento a crianças que tenham entre 0 (zero) e 3 (três) anos de idade, não podendo ser interrompido antes do final de cada período letivo, na seguinte conformidade:

- I - Berçário I, para crianças até 1 ano;
- II - Berçário II, para crianças de 1 a 2 anos;
- III - Minigrupo, para crianças de 2 a 3 anos.

Art. 4º O Centro de Educação Infantil da Câmara Municipal de São Paulo tem capacidade para atender, no máximo, 36 (trinta e seis) crianças, segundo critérios arquitetônicos definidos pela legislação vigente.

Art. 5º Os serviços prestados pelo Centro de Educação Infantil têm por objetivo propiciar o desenvolvimento integral da criança, abrangendo os aspectos psicopedagógicos, físicos, sociais, culturais, além de cuidados básicos como alimentação, repouso e higiene.

Art. 6º A Gestão do Centro de Educação Infantil será realizada por SGA. 13, nos termos do artigo anterior, e contará com:

I - 01 (um) Pedagogo, responsável pela coordenação do funcionamento geral da unidade, com formação em Licenciatura Plena em Pedagogia.

II - 10 (dez) professores com formação em licenciatura plena em pedagogia, admitida, como formação mínima para o exercício na educação infantil, o nível médio na modalidade normal.

Parágrafo único. A Administração da Câmara Municipal de São Paulo disponibilizará os demais recursos de pessoal e materiais necessários ao bom funcionamento do Centro de Educação Infantil.

Art. 7º O Vereador ou servidor público que pretender a matrícula de filho, enteado ou criança sob sua guarda ou tutela deverá comparecer ao Centro de Educação Infantil para efetuar o preenchimento de Ficha de Intenção de Vaga, com apresentação de certidão de nascimento da criança ou RG ou RNE.

§ 1º O Centro de Educação Infantil deverá informar ao (a) pai/mãe ou responsável quanto às formas de acompanhamento da disponibilidade de vaga, de convocação para a matrícula, bem como os prazos para sua efetivação.

§ 2º A Ficha de Intenção de Vaga, disponibilizada para consulta no centro de Educação Infantil, será organizada por ordem cronológica de preenchimento.

§ 3º No caso de gêmeos, o Centro de Educação Infantil deverá registrar, no ato do preenchimento da Ficha de Intenção de Vaga, a opção da família em aguardar ou não a vaga do segundo irmão quando os dois não puderem ser contemplados.

§ 4º Mediante vaga, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, o Centro de Educação Infantil será responsável por convocar por escrito o (a) pai/mãe ou responsável pela criança para a efetivação da matrícula.

§ 5º No caso de não existir interesse da família na vaga oferecida, a desistência deverá ser formalizada por escrito pelo pai/mãe ou responsável, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da convocação, conforme disposto no parágrafo anterior.

§ 6º Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para formalização da matrícula, a vaga será disponibilizada para atendimento sequencial ao registro de intenção de vaga, inclusive nos casos de não comparecimento do pai/mãe ou responsável pela criança.

§ 7º Na ocasião da efetivação da matrícula de novos alunos, os pais ou responsáveis legais serão chamados para uma entrevista obrigatória, oportunidade na qual receberão orientação sobre o Regulamento Interno, o Projeto Pedagógico e o Regimento Educacional do Centro de Educação Infantil e deverão preencher termo próprio de ciência.

§ 8º É obrigatória a adesão dos pais ou responsáveis legais ao programa de adaptação do Centro de Educação Infantil, conforme o disposto no Regulamento Interno.

§ 9º Para efetivação da matrícula, os pais ou responsáveis legais deverão apresentar a documentação prevista no Regulamento Interno.

§ 10. As matrículas serão deferidas após entrevista com a equipe responsável pelo Centro de Educação Infantil.

Art. 8º O horário de funcionamento do Centro de Educação Infantil será das 8h às 20h, de segunda à sexta-feira, exceto feriados, pontos facultativos e paradas técnicas e obedecerá, no que couber, ao calendário oficial desta Edilidade.

§ 1º Nas hipóteses em que a criança se ausentar por qualquer motivo o Centro de Educação Infantil deverá ser prontamente comunicado.

§ 2º Os pais ou responsáveis legais deverão cumprir rigorosamente os horários estabelecidos para a rotina do Centro de Educação Infantil, especialmente em relação ao horário das refeições, de retirada das crianças e do término do expediente.

§ 3º No caso de dispensas antecipadas e eventuais determinadas pela Câmara Municipal de São Paulo, decorrentes de falta de energia elétrica, greve no transporte público e outras razões que configurem caso fortuito ou força maior, as crianças devem ser retiradas do Centro de Educação Infantil no prazo máximo de 30 (trinta) minutos após o horário estabelecido.

Art. 9º As refeições serão servidas às crianças em horário determinado, atendendo à rotina do Centro de Educação Infantil.

§ 1º Caso a criança chegue ao Centro de Educação Infantil após os horários estabelecidos, já deverá estar alimentada, sendo que casos especiais serão oportunamente analisados pela Equipe responsável pelo Centro de Educação Infantil.

§ 2º Não será permitido o fornecimento de alimentos diferentes do cardápio do Centro de Educação Infantil, salvo o leite materno e casos de comprovada prescrição médica.

Art. 10 A frequência da criança será computada diariamente e as faltas deverão ser justificadas ao Centro de Educação Infantil.

Art. 11 Ocorrerá o desligamento da criança do Centro de Educação Infantil:

I - quando se completar o mandato do (a) Vereador (a) não reeleito (a) que seja pai, mãe ou responsável legal da criança;

II - quando o pai, mãe ou responsável legal pela criança, for desligado dos quadros da Câmara Municipal;

III - no caso de não comparecimento por 30 (trinta) dias úteis consecutivos ou 60 (sessenta) dias úteis não consecutivos, no período de um ano.

Art. 12 A criança, ao dar entrada no Centro de Educação Infantil, deve estar em plenas condições de saúde.

§ 1º No caso de serem constatadas alterações de saúde na criança por profissional do Centro de Educação Infantil, os pais ou responsáveis legais serão contatados para levá-la ao médico.

§ 2º Não será permitido ministrar qualquer tipo de medicação à criança enquanto sob os cuidados do Centro de Educação Infantil, salvo no caso de apresentação pelos pais de receituário médico que contemple horários e dosagens pré-estabelecidos.

Art. 13 A retirada da criança por outras pessoas que não os pais ou responsáveis legais, deverá ser informada por escrito por meio de documento contendo dados de qualificação da pessoa autorizada e fornecida uma cópia de seu RG.

Parágrafo único. No caso do disposto no caput do artigo, a pessoa autorizada a retirar a criança deverá apresentar documento de identificação com foto.

Art. 14 Os pais ou responsáveis legais deverão participar das reuniões periódicas agendadas pelo Centro de Educação Infantil.

Parágrafo único. Quando necessário, serão agendadas entrevistas individuais entre os pais ou responsáveis legais e os educadores do Centro de Educação Infantil para orientações e encaminhamentos específicos da criança.

Art. 15 O Regulamento Interno será elaborado e publicado por SGA. 1.

Art. 16 Os casos omissos neste Ato serão resolvidos pela Supervisão da Equipe de Benefícios - SGA. 13.

Art. 17 Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições anteriores, especialmente os atos 1105/09, 1157/11 e 1294/15.

São Paulo, 03 de fevereiro de 2016.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial da Cidade em 04/02/2016, p. 110-111 c. 4, 1

Para informações sobre revogações ou alterações a esta norma, visite o site www.camara.sp.gov.br.